

# Concessão de rodovias será tema de audiências públicas

Encontros abertos à comunidade regional estão marcados para os dias 18 e 25 deste mês em Gramado, Taquara, Gravataí e Novo Hamburgo

Uma semana depois de abrir a consulta pública sobre a concessão do chamado Bloco 1 de rodovias, que inclui as principais estradas estaduais que cortam o Vale do Paranhana, o governo do Rio Grande do Sul confirmou nesta quarta-feira (5) quando e onde serão realizadas as audiências públicas sobre o tema. As audiências são abertas à comunidade.

A primeira será no próximo dia 18, em Gramado. O encontro está marcado para as 9h30 no Centro de Eventos Expogramado. A segunda audiência pública será no mesmo dia, porém às 14h30, na sede da Faccat, em Taquara. O terceiro e o quarto encontro com a comunidade serão no dia 25 de novembro. Às 9h30 ocorre audiência pública na Prefeitura de Gravataí e, às 15h30, na Universidade Feevale, em Novo Hamburgo.

Segundo o governo, as audiências serão no modelo híbrido, ou seja, a população pode participar tanto presencialmente quanto a distância. O formulário de contribuições e outros detalhes estão disponíveis em [parcerias.rs.gov.br/rodovia-bloco-1](http://parcerias.rs.gov.br/rodovia-bloco-1). A consulta pública sobre a concessão das rodovias estaduais da região vai até 1º de dezembro. Também é possível participar pelo e-mail [consultarodovias@serg.rs.gov.br](mailto:consultarodovias@serg.rs.gov.br).

## Assunto é polêmico

Anunciado semana passada pelo governador Eduardo Leite (PSD), o projeto de concessão do Bloco 1 gera polêmica especialmente no Vale do Paranhana. Rodovias importantes como as RSs 239, 115 e 020 teriam mais pontos de pedágio em troca de obras bilionárias nos próximos 30 anos. A viagem de carro entre Novo Hamburgo e Parobé passaria dos atuais R\$ 3,25 para R\$ 10,33 em pedágio.

## Leite não cumpriu promessa, diz ex-prefeito

Ex-prefeito de Parobé, Diego Picucha mobilizou autoridades na última semana para um manifesto às margens da RS-239. A frase era unânime: “Parobé é contra mais impostos e pedágios. É um absurdo os contribuintes serem penalizados”. Picucha, que já presidiu a Associação dos Municípios do Vale do Paranhana (Ampara), ainda ponderou que o governador gaúcho não cumpriu o que foi prometido há quatro anos. “Em 2021, quando eu presidia a Ampara, ele [Leite] veio com essa ideia e conseguimos segurar.



ARTE ALAN MACHADO/GES

O aumento de custo para quem circula pela região tem tirado o sono de lideranças políticas e empresariais. Gilberto Gomes (PDT), prefeito de Parobé, vê um forte impacto na economia local. “Em momento algum fomos consultados. E esse pedágio só vai gerar mais custos. Sou totalmente contra. Essa luta não é nova para mim. Em 2021, quando era vereador, me uni a outras entidades para barrar uma tentativa semelhante”, comenta.

A prefeita de Sapiranga, Carina Nath (PP), participou de reunião com representantes do governo do Estado na segunda-feira (3). Ela defende que a população de Sapiranga e região não pode ser penalizada com custo extra de pedágio. “O modelo que o Estado apresentou, com pedágios eletrônicos, o formato free flow, só vai aumentar o custo de famílias e empresas e isso não podemos aceitar. A RS-239 já tem praça de pedágio. O que precisa ser feito é usar melhor os recursos que já se arrecada para garantir as obras necessárias”, destaca.

Inclusive, ele havia prometido que não iria lançar nenhum plano de concessão sem consultar os prefeitos. E agora ele pegou todos de surpresa. O ex-prefeito diz ainda que a região terá pouco investimento diante do impacto com os novos pedágios. “O que será gasto em pedágio é desproporcional com relação aos investimentos que estão previstos”, salienta. Ao todo, a concessão do Bloco 1 prevê R\$ 6,41 bilhões em investimento ao longo dos 30 anos de concessão, sendo quase R\$ 5 bilhões nos primeiros dez anos.

## Ampara se diz frustrada

Presidente da Associação dos Municípios do Vale do Paranhana (Ampara), o prefeito de Igrejinha, Leandro Hörle (PP), ficou decepcionado com a apresentação de Eduardo Leite. “Frustrou imensamente as expectativas que nós tínhamos, especialmente na questão das tarifas e do número de pedágios.” O presidente da Ampara ainda questiona a situação dos pórticos quanto ao trânsito entre os municípios e reforçou a presença nas audiências públicas. “Queremos aproveitar para manifestar essa opinião. Pedimos que todos os cidadãos das nossas regiões se manifestem contra o formato atual, para que possamos ter a boa vontade do governo em fazer as alterações que viabilizem a realização dessas importantes obras”, frisa Hörle.

Em Três Coroas, que deve ter um pórtico de cobrança automática, os vereadores também se manifestaram contra. A presidente da Câmara, Lu Fogaça (MDB), afirmou que o Legislativo está em articulação com outros municípios da Ampara para “combater uma política que vai prejudicar a região e as indústrias locais”.



**INOVE**  
Eficiência Ambiental

Soluções em tratamento de efluente oleosos.

Parceria que torna sua empresa mais **sustentável!**

Nos conheça

